

A SAÚDE MENTAL DE QUEM CUIDA: COMO ESTÃO OS PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL?

LUÍS EZEQUIEL CUNHA CARDOSO CORRÊA¹; MARIANA GOULART DO AMARAL², MARIANA RODRIGUES³, DAVI FONTES GONZALEZ⁴; KARLA PEREIRA MACHADO⁵; CAMILA IRIGONHÉ RAMOS⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – mga.marianagoulart@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - luisezequielc3@outlook.com

³Universidade Federal de Pelotas - marirodriguesreis2003@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - davifogo72@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – karlamachadok@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – mila85@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica no Brasil, impulsionada pela Lei 10.216 de 2001, representou uma mudança fundamental no tratamento de pessoas com transtornos mentais, priorizando a desinstitucionalização e a criação de serviços comunitários como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Este movimento visou transformar o modelo de atenção, deslocando-o do antigo paradigma de internação hospitalar para um modelo mais humanizado e integrado aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Com uma abordagem humanizada os CAPS oferecem suporte contínuo e intervenções terapêuticas permitindo que as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes recebam cuidados em um ambiente acolhedor e próximo de suas famílias. Além de atender às necessidades de saúde mental, esses centros ajudam a desestigmatizar as doenças mentais e promovem a inclusão social, fortalecendo os vínculos entre usuários, familiares e a comunidade (BRASIL, 2004).

Frente a esse contexto, a saúde mental dos profissionais que atuam nos CAPS é fundamental para garantir a qualidade do atendimento oferecido aos usuários. Esses ambientes frequentemente representam um espaço de tensão, onde novas práticas precisam ser conciliadas com velhos hábitos que ainda persistem no imaginário coletivo, exigindo dos profissionais um constante esforço para administrar essas contradições. Como destacam as autoras (MERCOM; CONSTANTINIDIS, 2020, p. 679), “a tensão cotidiana a que o trabalhador está exposto o coloca no lugar de cuidador que precisa ser cuidado”.

Além disso, o Relatório da III Conferência de Saúde Mental (BRASIL, 2001) enfatiza que, para garantir a qualidade dos atendimentos, é essencial promover a satisfação do trabalhador, investindo em sua valorização e qualificação contínua, além de assegurar condições adequadas de trabalho. Essa abordagem não só contribui para o bem-estar dos profissionais, mas também fortalece a implementação dos princípios da Reforma Psiquiátrica, resultando em um cuidado mais eficaz e humanizado para os usuários dos CAPS (MERCOM; CONSTANTINIDIS, 2020).

Com isso, entende-se que o fortalecimento da saúde mental dos profissionais é essencial para assegurar a qualidade do atendimento e a promoção de um ambiente de cuidado que respeite a dignidade humana, contribuindo assim para a construção de práticas mais éticas e inclusivas no atendimento à saúde mental. E é essa importância que leva à atual investigação por meio da qual objetiva-se entender a realidade da saúde mental desses profissionais que atuam nos CAPS.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizou-se uma revisão sistemática. Tal metodologia busca compreender investigações já realizadas e propõe-se, segundo Guanilo, Takahashi e Bertolozzi (2011, p.1261) a “identificar os estudos sobre um tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca; avaliar a qualidade e validade desses estudos, assim como sua aplicabilidade no contexto”.

Primeiramente, foi selecionado o tema a ser analisado: “problemas de saúde dos profissionais do CAPS”. Na sequência, delimitamos a pergunta centralizadora da pesquisa: “como está a saúde mental dos profissionais que atuam em CAPS?”. Para responder tal questionamento, realizamos uma busca no portal Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS) a partir dos descritores “profissionais da saúde”, “serviço de saúde mental” e “esgotamento psicológico”, tendo um total de 122 resultados. Aplicamos, então, os filtros “texto completo” e “inglês”, “português” e “espanhol”, obtendo 108 artigos.

Realizamos a leitura dos 108 títulos e aqueles que não se encaixavam nos critérios de inclusão foram excluídos. Assim, foram desconsiderados artigos cujo resumo incluísse três ou menos dos elementos do tema, assim como aqueles contextualizados apenas no cenário pandêmico ou com enfoque na saúde mental da população geral, dos pacientes ou dos profissionais de saúde de maneira ampla, sem restrição ao Centro de Atenção Psicossocial como espaço de atuação.

Dos textos restantes, fizemos uma nova filtragem a partir da leitura dos seus resumos, com base nos mesmos critérios da etapa anterior, para então aprofundarmos a análise dos três artigos selecionados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na metodologia supracitada, a literatura selecionada inclui: um estudo qualitativo e descritivo crítico cuja coleta de evidências se deu no interior do estado de Minas Gerais, em um CAPS tipo III, publicado em Cadernos de Psicologia Social (SANTOS, 2023); uma pesquisa exploratória-descritiva com abordagem qualitativa, concatenada por meio de questionário semiestruturado em um CAPS tipo III no município de Campina Grande - PB e publicada na Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria - REUFMS (AVELINO, 2014); e um trabalho de história oral - com fundamento na Sociologia Compreensiva do Cotidiano - abordado de forma qualitativa e publicado na Revista Mineira de Enfermagem (COELHO, 2021).

Observou-se nos resultados dos artigos analisados menções à falta de um fluxo concreto de informações e usuários, que se traduz em movimento descoordenado de pessoas entre unidades diferentes das redes de atenção sem protocolo específico de encaminhamento (COELHO, 2021). Além disso, verificou-se que sentimentos de frustração com o trabalho e descontentamento com a gestão são muito frequentes, dada a precarização do trabalho resultante da manutenção e oferta de recursos, humanos e materiais, insuficientes para o pleno atendimento às demandas (AVELINO, 2014). Ambos os fatores têm intrínseca relação com a sobrecarga de trabalho a qual os funcionários da saúde mental estão expostos e, diante disso, descreve-se que a longevidade e cumulatividade de situações laborais penosas culminam em doenças ligadas ao estresse quando

associadas a uma tentativa falha de resistência ao sofrimento prolongado e a uma indiligência da equipe multiprofissional e gestores de saúde quanto à percepção e reação aos desencadeadores. Percebeu-se, também, que a carência dos recursos suficientes para a prática laboral somam-se aos outros conflitos e culminam em um sentimento de desvalorização por parte dos funcionários, agravando a problemática (SANTOS, 2023).

No entanto, medidas de reorganização trabalhista, capacitação profissional e manutenção de redes de contato entre os serviços de saúde foram citadas como métodos de impactar positivamente a qualidade de vida dos profissionais e a eficiência do serviço prestado (COELHO, 2021). Ademais, estratégias de 'coping' foram identificadas, em outro estudo, como forma de amenizar a instabilidade emocional dos profissionais. Redes de apoio social, músicas como forma de terapia e espaços de escuta, surgem como medidas paliativas para a realidade apresentada dentro do serviço psicossocial (AVELINO, 2014).

4. CONCLUSÕES

A revisão sistemática concluiu seu objetivo e deflagrou a emergência do esgotamento e vulnerabilidade dos funcionários atuantes na área de saúde mental no Brasil, com ênfase ao período posterior à Reforma Psiquiátrica. Entretanto, ao longo do processo de revisão sistemática, foi possível observar que a produção sobre a temática ainda é incipiente no que se refere especificamente às angústias psíquicas dos profissionais que atuam na área, ainda que esses sejam agentes centrais para a implementação de todas as mudanças idealizadas. Tal escassez é particularmente preocupante quando a discussão se concentra nos indivíduos que atendem nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), uma vez que esses são espaços mantidos pelo SUS e, assim, destinados a todos os cidadãos. Ou seja, um descaso com esse grupo representa igualmente um descaso com a população como um todo.

Sustentada nos resultados das pesquisas selecionadas para essa revisão sistemática, a pouca atenção ao tema, infelizmente, não se restringe à quantidade de artigos; ela se estende ao cotidiano dos CAPS. Nesse cenário, a falta de atenção para com esses trabalhadores é gritante e não apenas compromete seu bem-estar, mas também impacta negativamente a qualidade do atendimento oferecido à população.

Dessa maneira, entende-se a necessidade, no campo teórico, de que futuras pesquisas aprofundem a compreensão das dinâmicas laborais nos CAPS e explorem práticas que beneficiem os profissionais desse espaço. No campo prático, por sua vez, são importantes intervenções na estrutura e na capacitação contínua para melhorar a qualidade de vida do público em questão e, consequentemente, a eficácia dos serviços prestados. A continuidade dos estudos, assim como das políticas de saúde mental deve, portanto, focar na valorização do trabalhador, no fortalecimento das redes de apoio e na promoção de um ambiente de trabalho que priorize a saúde mental de todos os envolvidos. Somente desta forma, um atendimento eficaz e humanizado para pessoas com transtornos mentais conseguirá ter uma base sólida de aplicação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 9 abr. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Mental: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2024.

GUANILO, Mônica Cecilia De la Torre Ugarte; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v.45, n.5, p.1260-1266, 2011.

COELHO, N. A; NASCIMENTO, J; BARRETO, B. I; REZENDE, L. C; PENNA, C. M. M; BRITO, M. J. M. A percepção dos profissionais sobre as ações de saúde mental na rede de atenção psicossocial em Belo Horizonte. REME - Revista Mineira de Enfermagem, Minas Gerais, v.25, n.1416, p. 1 - 8, 2021.

MERCOM, Luciana Nascimento; CONSTANTINIDIS, Teresinha Cid. Processos de trabalho e a saúde mental dos trabalhadores nos CAPS: uma revisão integrativa. Contextos Clínic, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 666-695, ago. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822020000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2024. <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.132.14>.

SANTOS, Y. L. Q; NAVARRO, V. L; ELIAS, M. A. A precarização do trabalho e a saúde dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 26, e - 190144, p. 1 - 11, 2023.

AVELINO, D. C; SILVA, P. M. C; COSTA, L. F. P; AZEVEDO, E. B; SARAIVA, A. M; FILHA, M. O. F. Trabalho de enfermagem no centro de atenção psicossocial: estresse e estratégias de coping. Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria - REUFSM. Rio Grande do Sul, n. 4, p. 718 - 726, 2014.